



RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

RELATÓRIO INTERCALAR 2016



Parlamento Europeu

PT

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da UE, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União...



... sendo informados pelas instituições da UE e notificados dos projetos legislativos da UE.



... garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade.



... participando nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust.



... participando nos processos de revisão dos Tratados da UE.



... sendo informados dos pedidos de adesão à UE.



... participando na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

Relatório intercalar 2016

Relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE

RELATÓRIO INTERCALAR 2016

ÍNDICE

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais.....	6
1. O contexto do relatório.....	7
2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar	8
2.1. A saída do Reino Unido da UE: reflexão sobre o futuro da UE	8
2.2. O «cartão amarelo» dos parlamentos nacionais no âmbito da proposta da Comissão de alteração da Diretiva Destacamento de Trabalhadores	9
2.3. Controlo parlamentar conjunto da Europol.....	10
2.4. A política comercial da UE e o papel dos parlamentos.....	11
2.5. O quadro da UE para o reforço do Estado de direito na União: debates interparlamentares	11
3. Órgãos parlamentares institucionais.....	12
3.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC).....	13
3.2. As Conferências anuais e informais dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia	15
4. Diálogo interparlamentar.....	17
4.1. Semana Parlamentar Europeia e Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG)	17
4.2. Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança	17
4.3. Reuniões interparlamentares de comissões (RIC) e outras reuniões interparlamentares	18
4.4. Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu	19
5. O «mecanismo de alerta precoce» e o «diálogo político informal» – Protocolos n.ºs 1 e 2 do Tratado de Lisboa	20
6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede	22
6.1. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP).....	22
6.2. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	24
6.3. Outras ferramentas e redes	25
ANEXOS	28
ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2016.....	28
ANEXO II – Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas em 2016	29
ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências)	31
ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce	34
ANEXO V – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)....	35

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

Diretora: Christine Verger, christine.verger@ep.europa.eu
Chefe de Unidade, Cooperação Institucional: Pekka Nurminen, pekka.nurminen@ep.europa.eu
Chefe de Unidade, Diálogo Legislativo: Patrizia Maria Prode, patrizia.prode@ep.europa.eu
Manuscrito concluído por: Luis Balsells Traver, luis.balsells@ep.europa.eu e Paolo Atzori, paolo.atzori@ep.europa.eu
Documento concluído a 7 de abril de 2017.

relnatparl@ep.europa.eu
www.europarl.europa.eu/relnatparl

Todas as fotografias e ilustrações © União Europeia, 2017.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais presta aconselhamento aos órgãos políticos, aos deputados e ao Secretariado do Parlamento Europeu na cooperação institucional e no diálogo legislativo que desenvolvem com os parlamentos nacionais. Presta ainda apoio às atividades interparlamentares, contribui para a aplicação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar no Parlamento Europeu e presta assessoria ao longo de todo o ciclo legislativo e no exercício de outras competências políticas do Parlamento Europeu.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais funciona como um centro de conhecimentos para informação sobre os parlamentos nacionais e fornece informações à administração do Parlamento Europeu sobre boas práticas nos parlamentos nacionais. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais em Bruxelas e mantém estreitas ligações com as respetivas administrações.

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais

O presente relatório intercalar relativo a 2016 apresenta uma síntese das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE.

Em primeiro lugar, gostaríamos de prestar homenagem aos nossos antecessores responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais durante a primeira parte da legislatura, os vice-presidentes Ramón Luis Valcárcel Siso e Anneli Jäätteenmäki. É uma honra assumir as suas funções. Estamos gratos pelo seu trabalho.

Em 2016, a União Europeia enfrentou muitos desafios – o Brexit, o terrorismo, a ascensão do nacionalismo e os conflitos na vizinhança imediata da UE – que foram alvo de muita atenção dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. Alguns dos nossos cidadãos perderam a confiança nas instituições e no chamado *establishment*, independentemente de o mesmo se referir às «elites de Bruxelas» ou às «elites nacionais».

No nosso mundo cada vez mais globalizado, complexo e acelerado, temos de trabalhar melhor em conjunto para encontrar soluções eficazes.

Temos de demonstrar, mais do que nunca, que as democracias exigem instituições funcionais.

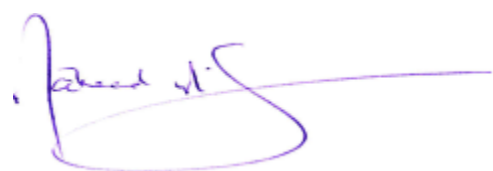
Numa altura em que celebramos o 60.º aniversário da assinatura do Tratado de Roma, a cooperação interparlamentar desempenhará um papel essencial na construção do futuro da União Europeia.

A União Europeia tem de ser mais reativa, e é necessário melhorar a forma como trabalhamos.

Estamos todos empenhados em satisfazer as expectativas dos cidadãos, mas tem sido mais difícil alcançar esse objetivo num contexto de constante mudança.

A nossa União só é forte na medida em que os Estados-Membros e os parlamentos nacionais o permitam.

A cooperação entre o Parlamento Europeu e os seus homólogos nacionais pode promover um entendimento comum nesta era de turbulência, e o presente relatório ilustra a profundidade e a amplitude dessa relação.



Mairead McGuinness

Vice-Presidente



Bogusław Liberadzki

Vice-Presidente

1. O contexto do relatório

O presente relatório trata das relações, em 2016, entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE, bem como da cooperação interparlamentar. Ao longo de 2016, a União Europeia enfrentou várias crises em simultâneo, além do resultado do referendo do Reino Unido sobre a pertença à UE (o processo do Brexit). O final de 2016 assinala ainda o ponto intermédio da legislatura 2014-2019 do Parlamento Europeu, o que implica mudanças nas estruturas da instituição.

De um ponto de vista interparlamentar, o presente relatório analisa, em primeiro lugar, os principais acontecimentos políticos que dominaram a agenda de todas as relações interparlamentares (parte 2).

Os capítulos seguintes apresentam e analisam o desenvolvimento dos organismos interparlamentares (parte 3), as formas de diálogo interparlamentar (parte 4), o controlo da subsidiariedade efetuado pelos parlamentos nacionais (parte 5) e, por último, as ferramentas e redes administrativas de cooperação interparlamentar (parte 6).

Segue-se uma lista dos principais acontecimentos de 2016 que tiveram impacto na cooperação interparlamentar e que são examinados no presente relatório:

- o processo de saída do Reino Unido da UE e a reflexão em curso sobre o futuro da União,
- o terceiro «cartão amarelo» mostrado pelos parlamentos nacionais, no âmbito da proposta legislativa delicada relativa ao «destacamento de trabalhadores»,
- o debate sobre o controlo parlamentar conjunto da Europol,
- o papel dos parlamentos nacionais nos acordos comerciais da UE, mais concretamente no que diz respeito à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) entre a UE e os EUA e ao Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a UE e o Canadá,
- o importante papel dos parlamentos no reforço do Estado de direito na União Europeia.

O presente relatório, bem como outras informações relacionadas com as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE, podem ser encontrados no sítio do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/news.

2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar

A cooperação interparlamentar está naturalmente ligada aos acontecimentos políticos ocorridos na União Europeia e nos seus Estados-Membros. Os acontecimentos determinantes analisados a seguir foram escolhidos pela sua transversalidade e omnipresença em quase todas as instâncias, instituições e formas de relações interparlamentares, bem como no diálogo ao longo do ano de 2016. A sua influência far-se-á seguramente sentir nos próximos anos.

2.1. A saída do Reino Unido da UE: reflexão sobre o futuro da UE

Em 23 de junho de 2016, foi realizado um referendo no Reino Unido com a seguinte pergunta: «O Reino Unido deve continuar a ser membro da União Europeia ou deve sair da União Europeia?»

Contaram-se 51,9 % de votos a favor da saída da UE.

Cinco dias depois, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução¹ sobre a decisão de retirada da União Europeia tomada pelo Reino Unido. Sublinhou que se trata de um momento crucial para a UE, em que os interesses e as expectativas dos cidadãos da União devem voltar a ser colocados no centro do debate, e apelou ao relançamento do projeto europeu. O consentimento do Parlamento Europeu é necessário tanto para o acordo de saída como para quaisquer futuras relações Reino Unido-UE.

Quanto ao futuro da União Europeia, o Parlamento Europeu realçou que a União tem de ser reformada, aperfeiçoada e tornada mais democrática, para estar à altura dos anseios dos cidadãos, nomeadamente através:

- do reforço do núcleo duro da UE, evitando soluções diferenciadas para cada Estado-Membro,
- da promoção dos valores comuns da UE e da garantia de estabilidade, justiça social, sustentabilidade, crescimento e emprego,
- da superação da incerteza económica e social persistente,
- da proteção dos cidadãos e da resposta ao desafio migratório,
- do desenvolvimento e democratização da União Económica e Monetária e do espaço de liberdade, segurança e justiça, e
- do reforço da política externa e de segurança comum.

O papel dos parlamentos nacionais começa a fazer parte do debate sobre o futuro da Europa.

No contexto do Brexit e das crises económica e migratória que a UE enfrenta, a dimensão parlamentar da Presidência eslovaca do Conselho da UE iniciou um período de reflexão sobre o estado e o futuro da UE (o chamado «processo de Bratislava»). A Cimeira Parlamentar informal de Bratislava, realizada em 6 e 7 de outubro de 2016, deu início a este processo, que culminará com dois encontros de presidentes dos parlamentos da UE em 2017: em março, em Roma, para celebrar o 60.º aniversário do Tratado de Roma e em abril, em Bratislava, para a Conferência anual dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia.

A questão do Brexit tem dominado – ou, pelo menos, animado – os debates da COSAC, a começar pela reunião dos presidentes realizada em julho, em Bratislava.

Desde o referendo no Reino Unido, tem-se registado um número crescente de visitas bilaterais oficiais dos parlamentos nacionais a Bruxelas relacionadas com o Brexit. As delegações

visitantes procuram informações sobre os procedimentos, as estruturas e os calendários do Parlamento Europeu para tratar das questões do Brexit, bem como sobre a entrega e receção de mensagens políticas entre os parlamentos.

2.2. O «cartão amarelo» dos parlamentos nacionais no âmbito da proposta da Comissão de alteração da Diretiva Destacamento de Trabalhadores

O Protocolo n.º 2 dos Tratados da UE cria um mecanismo de reanálise das propostas de legislação que não sejam da competência exclusiva da União Europeia. Os parlamentos nacionais podem reanalisar os projetos de atos legislativos da UE no prazo de oito semanas a contar da data do respetivo envio. Se um parlamento nacional considerar que um projeto de ato legislativo não respeita o princípio da subsidiariedade, pode emitir um «parecer fundamentado».

Em 8 de março de 2016, a Comissão adotou uma proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 1996, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (COM(2016)0128).

Dentro do prazo de oito semanas concedido aos parlamentos nacionais para o controlo da subsidiariedade, 14 parlamentos ou câmaras parlamentares nacionais adotaram pareceres fundamentados que afirmam que a proposta da Comissão não respeita o princípio da subsidiariedade: o Parlamento búlgaro, o Parlamento croata, a Câmara dos Deputados checa, o Senado checo, o Parlamento dinamarquês, o Parlamento estónio, o Parlamento húngaro, o Parlamento letão, o Parlamento lituano, a Câmara Baixa do Parlamento polaco, o Senado polaco, a Câmara dos Deputados romena, o Senado romeno e o Parlamento eslovaco. Juntos, estes parlamentos e câmaras foram responsáveis por 22 dos 56 votos correspondentes aos parlamentos nacionais, ativando o procedimento de «cartão amarelo».

Trata-se do terceiro «cartão amarelo» desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009. Em termos políticos, pode ser considerado o mais controverso.

Nos seus pareceres fundamentados sobre a questão, os vários parlamentos nacionais apresentaram uma série de argumentos, nomeadamente que a remuneração dos trabalhadores é da competência exclusiva dos Estados-Membros, que a proposta interfere nas relações laborais ou que limita a liberdade de prestação de serviços no mercado interno. Além disso, foram levantadas questões de carácter processual, como a falta de uma justificação pormenorizada da proposta no que diz respeito à subsidiariedade ou a ausência de uma avaliação do impacto financeiro. Foram igualmente feitas alegações de que as consultas da Comissão que antecederam a adoção da proposta foram insuficientes e que a Comissão deveria ter aguardado que o prazo de transposição da «diretiva de execução» terminasse antes de propor nova legislação nesta matéria.

Em 20 de julho de 2016, a Comissão deu por terminada a sua revisão da proposta, concluindo que esta respeitava o princípio da subsidiariedade. A Comissão argumentou que, ao adotar a diretiva de 1996 e a diretiva de execução em 2014, o legislador da União já decidira que o objetivo de facilitar a liberdade de prestação de serviços, assegurando ao mesmo tempo condições mais equitativas entre os prestadores nacionais e transfronteiriços e uma proteção adequada dos trabalhadores destacados, era mais bem alcançado a nível da União. A Comissão afirmou ainda que a proposta estabelecia um quadro regulamentar para o destacamento de trabalhadores a nível da União, tendo em conta a natureza transfronteiriça inerente ao destacamento dos trabalhadores e o facto de uma ação unilateral pelos Estados-Membros, a nível nacional, poder induzir uma fragmentação do mercado interno no que respeita à liberdade de prestação de serviços. Por conseguinte, a Comissão manteve a proposta.

¹ Resolução do Parlamento Europeu, de 28 de junho de 2016, sobre a decisão de retirada da União Europeia na sequência do resultado do referendo britânico. Textos aprovados, P8_TA (2016)0294.

O «cartão amarelo» relativo à Diretiva Destacamento de Trabalhadores foi abordado em várias reuniões interparlamentares ao longo de 2016. Foi debatido na reunião de julho dos Presidentes da COSAC, na presença e com a participação ativa de Marianne Thyssen, a Comissária responsável pela proposta. Foi também o tema de uma reunião interparlamentar de comissões organizada pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu, em 12 de outubro de 2016. A proposta encontra-se, de momento, em discussão no Conselho e no Parlamento.

2.3. Controlo parlamentar conjunto da Europol

Em 11 de maio de 2016, foi adotado o novo Regulamento Europol (Regulamento (UE) 2016/794), com entrada em vigor prevista para 1 de maio de 2017.

Uma importante inovação introduzida por este regulamento é o facto de a Europol passar a estar sujeita a um verdadeiro controlo democrático, exercido pelo Parlamento Europeu em conjunto com os parlamentos nacionais, em conformidade com o artigo 88.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que determina o seguinte: «Esses regulamentos definem igualmente as modalidades de controlo das atividades da Europol pelo Parlamento Europeu, controlo ao qual são associados os Parlamentos nacionais.» O Regulamento Europol cria, por conseguinte, um grupo especializado de controlo parlamentar conjunto que «exerce o controlo político das atividades da Europol no exercício das suas atribuições, nomeadamente no que respeita ao seu impacto sobre os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares». Embora defina pormenorizadamente os objetivos, as atribuições e os meios do novo grupo de controlo, o regulamento deixa que a organização e o regulamento interno sejam «estabelecidos em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais, nos termos do artigo 9.º do Protocolo n.º 1».

Em maio de 2016, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, reunida no Luxemburgo, decidiu seguir uma abordagem por etapas e pedir a um grupo de trabalho composto pela Troika da Conferência de Presidentes (os parlamentos do Luxemburgo, da Eslováquia e da Estónia e o Parlamento Europeu) que analisasse mecanismos de controlo e apresentasse um projeto de proposta relativa à organização e ao regulamento interno do novo organismo de escrutínio conjunto².

No seguimento das conclusões da Conferência dos Presidentes, esta abordagem por etapas incluiu uma consulta (realizada em setembro e outubro de 2016 sob a forma de um questionário) de todos os parlamentos/câmaras da UE e do Parlamento Europeu, bem como uma troca de pontos de vista durante a reunião interparlamentar de comissões da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, realizada em Bruxelas no dia 28 de novembro de 2016.

No final de 2016, como resultado deste processo de consulta, o Grupo de Trabalho da Troika apresentou um projeto a todos os parlamentos/câmaras. Este projeto de proposta tinha por objetivo definir aspetos do futuro grupo de controlo parlamentar conjunto como, por exemplo, os membros, a composição numérica e a presidência, bem como a frequência e o local das reuniões. Antes da decisão final a tomar pelos Presidentes dos Parlamentos da UE e pelo Presidente do Parlamento Europeu durante a sua conferência anual, em 23 e 24 de abril de 2017, em Bratislava, o texto foi aberto a alterações de todos os parlamentos/câmaras nacionais.

² As conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE estão disponíveis em: www.ipex.eu/IPEXL-WEB/euspeakers/getspeakers

2.4. A política comercial da UE e o papel dos parlamentos

O ano de 2016 assinalou um momento significativo nas relações interparlamentares no domínio da política comercial da UE. O Tratado de Lisboa colocou a política comercial comum sob a competência exclusiva da União. No entanto, os chamados acordos mistos não são abrangidos por esta categoria, o que veio reavivar o debate sobre as competências. Esta situação tornou-se evidente no contexto das negociações politicamente delicadas sobre a TTIP (UE-EUA) e o CETA (UE-Canadá).

O papel dos parlamentos nacionais nos acordos comerciais pode ter duas vertentes. A sua ratificação é necessária em caso de acordos mistos, o que lhes confere uma posição muito forte em termos formais. Contudo, para além da questão da competência formal, muitos parlamentos nacionais, se não todos, escrutinam a atuação dos seus governos quando o Conselho confere o mandato de negociação à Comissão e, em alguns casos, ao longo das negociações e aquando da assinatura do acordo. Nesses casos, o papel dos parlamentos nacionais depende das disposições constitucionais nacionais.

Em julho de 2016, a Comissão propôs a assinatura do CETA como acordo misto, exigindo a ratificação por todos os Estados-Membros segundo os respetivos requisitos constitucionais nacionais. Em outubro de 2016, o Governo da Bélgica enfrentou graves dificuldades na obtenção de um mandato para a assinatura do CETA.

Em dezembro de 2016, a advogada-geral do Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu o seu parecer sobre o Acordo de Comércio Livre UE-Singapura (ACLUES), concluindo que o mesmo também deve ser considerado um acordo misto. A questão ainda irá ser objeto de deliberação em Tribunal Pleno.

A reunião plenária da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC) foi realizada em Bratislava de 13 a 15 de novembro de 2016 e incluiu uma troca extensa e animada de pontos de vista sobre a TTIP, demonstrando que os parlamentos nacionais não tencionam ser meros espetadores no que diz respeito às principais questões relativas à política comercial da UE, quer a nível político, quer jurídico.

A Comissão do Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu respondeu à necessidade de intensificar o diálogo interparlamentar realizando um almoço de trabalho no dia 29 de novembro de 2016. Parece existir um interesse estratégico no envolvimento dos parlamentos nacionais em todas as etapas dos processos de negociação.

2.5. O quadro da UE para o reforço do Estado de direito na União: debates interparlamentares

O Parlamento Europeu tem salientado continuamente que as obrigações dos Estados em matéria de Estado de direito e democracia são uma questão fundamental, não só para os países candidatos que procuram cumprir os critérios de Copenhaga, mas também como elemento obrigatório após a adesão à UE.

Desde a introdução, pelo Tratado de Amesterdão, do mecanismo que leva à suspensão de um Estado-Membro, o Parlamento Europeu tem monitorizado o cumprimento, por vários Estados-Membros, dos valores consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE). Existem mecanismos semelhantes, mas mais rigorosos, noutras organizações internacionais, como o Conselho da Europa e as Nações Unidas, nos quais as violações podem resultar na exclusão da parte contratante infratora. Os mecanismos previstos nos Tratados da UE geraram preocupações e queixas, com alegações por parte de alguns Estados-Membros, que consideraram ter sido

erradamente visados e apontados pelo Parlamento Europeu, de que os seus alertas pareciam nunca ser ouvidos. Ao mesmo tempo, a sociedade civil e a comunidade de ONG têm acusado constantemente a UE de inação provocada pela natureza intergovernamental do mecanismo.

Efetivamente, a natureza do mecanismo é política e não jurisdicional. O TJUE não pode exercer nenhum tipo de controlo que vá além dos aspetos processuais do mecanismo.

Em março de 2014, a Comissão apresentou uma comunicação intitulada «Um novo quadro da UE para reforçar o Estado de direito», com o objetivo de garantir uma proteção eficaz e coerente do Estado de direito em todos os Estados-Membros. Este quadro destinava-se a abordar e resolver situações de ameaça sistémica ao Estado de direito.

A Presidência neerlandesa do Conselho, no âmbito das atividades da sua dimensão parlamentar, dedicou um capítulo do relatório bianual da COSAC ao tema do Estado de direito e do papel dos parlamentos, no intuito de delinear, se possível, definições comuns de democracia e direitos fundamentais e de sugerir boas práticas que possam ser partilhadas entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. O tema foi incluído na agenda da COSAC e constituiu um dos principais temas da reunião plenária realizada na Haia em junho de 2016. Embora sem chegar a conclusões, o debate demonstrou claramente a convicção de que os «valores fundamentais» representam um conjunto partilhado e comum de princípios centrais e que cabe a todas as partes interessadas defendê-los e protegê-los. O Parlamento Europeu foi representado no debate por Sophie in 't Veld (ALDE), a sua relatora.

Em outubro de 2016, o Parlamento Europeu adotou uma resolução que contém recomendações à Comissão sobre a criação de um mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais (ver o relatório de iniciativa legislativa de Sophie in 't Veld, apresentado ao abrigo do artigo 225.º do TFUE)³. O relatório foi acompanhado por uma avaliação do valor acrescentado europeu cuja principal conclusão foi a de que existe um desfasamento entre a proclamação dos direitos e valores enumerados no artigo 2.º do TUE e seu o cumprimento efetivo pelas instituições da UE e pelos Estados-Membros, da qual resultam custos económicos, sociais e políticos significativos. A resolução realça «o papel fundamental que o Parlamento [Europeu] e os parlamentos nacionais devem desempenhar no âmbito da avaliação dos progressos e da fiscalização da conformidade com os valores comuns da União, como consagrados no artigo 2.º do TUE». A proposta do Parlamento Europeu de um mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais visa integrar as ferramentas existentes num instrumento único.

O Parlamento Europeu convidou a Comissão a apresentar, até setembro de 2017, uma proposta para a celebração de um pacto da União para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, sob a forma de um acordo interinstitucional que alinhe e complemente os mecanismos existentes.

Entre outras propostas, o relatório recomenda a celebração de um pacto para instituir um «ciclo político anual sobre os direitos fundamentais», no âmbito de um diálogo estruturado plurianual entre todas as partes interessadas, que inclua um debate interparlamentar anual sobre o respeito pela democracia, pelo Estado de direito e pelos direitos fundamentais na União.

3. Órgãos parlamentares institucionais

Como já foi referido, os principais temas políticos parecem ser transversais a todas as instituições interparlamentares e a outras formas de diálogo. Durante o ano de 2016, o Parlamento Europeu

³ Textos aprovados, P8_TA(2016)0409.

envidou esforços para apresentar posições e mensagens coerentes nos fóruns pertinentes. Trata-se de uma tarefa que requer constante monitorização e posterior consolidação.

3.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)

A COSAC, Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. É apoiada por uma troika presidencial, da qual o Parlamento Europeu é membro permanente, e conta com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Após alguns anos de relativa falta de atratividade, a COSAC foi reavivada pelo debate sobre o futuro da UE e o papel dos parlamentos nacionais na União.

A situação da UE tem tido um impacto concreto nas atividades da COSAC, tal como nos restantes fóruns interparlamentares. A COSAC não pôde ficar imune às críticas da opinião pública nacional, que manifesta expectativas e queixas relativas a «Bruxelas», quer por incapacidade de agir ou por ação excessiva.

No que diz respeito às suas agendas, as Presidências neerlandesa e eslovaca atribuíram elevada prioridade aos debates sobre a migração e a crise dos refugiados, em especial no que respeita às diferentes medidas e instrumentos propostos pela Comissão no decurso de 2015 e 2016. Estas propostas levaram, naturalmente, a debates acesos e, em muitos casos, a posições inconciliáveis entre os Estados-Membros do sul e do leste⁴.

A este respeito, a delegação do Parlamento Europeu defendeu as posições do Parlamento e os valores fundamentais da UE num espírito de abertura ao compromisso com a Presidência e as várias delegações nacionais. Em vários casos, tal revelou-se determinante para chegar a um consenso entre posições que eram, inicialmente, distantes, na adoção de contribuições.

No ano do referendo do Reino Unido sobre a saída da UE, não é surpreendente que o funcionamento da UE, as suas relações com as instituições dos Estados-Membros e a sua capacidade para satisfazer as expectativas dos cidadãos tenham sido repetidamente discutidos durante as reuniões da COSAC, tanto nos eventos oficiais como em eventos paralelos. Também aqui, as trocas de opiniões foram por vezes tensas. Por outro lado, após o referendo, e embora as vozes nacionalistas críticas tenham continuado a manifestar-se, aumentou a consciência de que os restantes 27 Estados-Membros tinham interesses comuns a defender, e que o poderiam fazer melhor através da União Europeia. O Brexit e o futuro da UE serão sem dúvida temas proeminentes nas próximas reuniões da COSAC. A maior parte dos delegados insistiu na necessidade de um novo modelo de relações com o Reino Unido, e estão em curso reflexões sobre se os parlamentos nacionais devem seguir o processo de negociação do Brexit de forma institucionalizada e comum.

Os debates sobre o Brexit explicam porque é que as discussões sobre o «cartão verde», ou reforço do diálogo político, e o «cartão amarelo» ocuparam uma posição menos importante entre os

⁴ No intuito de aumentar a sensibilização para a dimensão da crise, a delegação italiana apresentou, na primavera de 2017, uma proposta de organização de uma visita de averiguação/delegação a Itália. Tratou-se de um acontecimento sem precedentes para a COSAC.

debates das delegações em 2016. A COSAC continuou a refletir sobre o seu papel e sobre o reforço da participação dos parlamentos nacionais nas decisões da UE, debatendo assuntos fundamentais de natureza institucional, nomeadamente o escrutínio além dos Conselhos de Ministros (ou seja, o escrutínio dos trólogos), a cooperação parlamentar no programa de trabalho da Comissão e a diplomacia parlamentar. Como resultado da decisão do Brexit, muito poucas delegações mencionaram o «cartão vermelho» após o referendo de junho.

O Parlamento Europeu reafirmou a necessidade de salvaguardar o equilíbrio institucional estabelecido pelos Tratados e de trabalhar em conjunto com os parlamentos nacionais para alcançar um processo legislativo mais transparente e eficaz.

Pelo menos dois outros temas da ordem do dia das reuniões da COSAC na Haia e em Bratislava atestaram a preocupação positiva e o empenho dos parlamentos nacionais relativamente às medidas concretas das instituições da UE. A Presidência neerlandesa conferiu grande destaque a um debate sobre o papel dos parlamentos na proteção do Estado de direito na UE. Os acontecimentos ocorridos em vários Estados-Membros e as referências recorrentes à ativação do artigo 7.º do TUE⁵ justificam a importância desta escolha. Em consequência das iniciativas adotadas pela delegação do Parlamento Europeu e após as indicações da relatora do Parlamento Sophie in 't Veld, o texto da Contribuição referia sistematicamente o tríptico «direitos humanos, Estado de direito e governação democrática», salientando a sua ligação inextricável, bem como o ordenamento jurídico da União Europeia. No entanto, a resistência da Presidência à abertura de um debate potencialmente controverso e as posições de uma série de outras delegações impediram a COSAC de manifestar o seu apoio a iniciativas de criação de «mecanismos de execução». O texto final apenas mencionava um diálogo para promover os valores comuns da União.

Na reunião plenária da COSAC, em Bratislava, a Presidência eslovaca optou por introduzir um debate sobre uma questão atual, a TTIP. Tratou-se de uma discussão profunda e prolongada que veio confirmar, uma vez mais, que os parlamentos nacionais estão a acompanhar muito atentamente as negociações e têm expectativas elevadas quanto a um verdadeiro envolvimento na política comercial da UE. A delegação do Parlamento Europeu empenhou-se a fundo num debate aberto e exaustivo com os parlamentos nacionais, sem esquecer a necessidade de defender as disposições dos Tratados.

Ficou patente que as Presidências procuraram definir uma ordem do dia em sintonia com os principais acontecimentos no domínio dos assuntos europeus e internacionais, com a flexibilidade necessária para permitir alterações. Os principais temas da ordem do dia das reuniões plenárias foram abordados nos relatórios bianuais. Um outro desenvolvimento positivo foi o aumento das referências a debates sobre temas conexos realizados durante outras conferências interparlamentares especializadas, nomeadamente a Conferência sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), o que revela uma tendência positiva no sentido de uma cooperação interparlamentar mais estruturada e coerente.

Como tem acontecido nos últimos anos, vários membros da delegação do Parlamento Europeu foram convidados a abordar a COSAC como oradores principais ou «primeiros intervenientes». Apresentaram uma posição do Parlamento Europeu sobre vários temas, desde a migração e o Estado de direito na UE à TTIP.

Foram, além disso, adotadas algumas iniciativas inovadoras, como a votação eletrónica, as sondagens informais e as sessões interativas, onde um co-interveniente e os delegados interagem

através de um moderador. As inovações introduzidas para melhorar a comunicação do trabalho da COSAC incluíram vídeos, uma aplicação especial da COSAC e contas nas redes sociais.

Para concluir, em 2016 a COSAC deu aos parlamentos nacionais a oportunidade de continuarem as suas reflexões conjuntas sobre temas de enorme importância, de caráter quer substancial quer institucional, bem como sobre o lançamento da cooperação relativa no quadro do programa de trabalho da Comissão⁶. Espera-se que futuras discussões sobre o necessário envolvimento parlamentar nestas questões, aproveitando também o muito saudado reforço do envolvimento da Comissão Juncker com os parlamentos nacionais, resultem em posições mais próximas sobre questões importantes e alterações positivas no panorama da cooperação interparlamentar.

Face ao atual contexto político e tendo em vista futuras reformas institucionais, a COSAC – o único fórum baseado no Tratado – reafirmou a sua importância e atratividade.

A participação do Parlamento Europeu neste fórum deverá, por conseguinte, continuar a refletir adequadamente a importância das participações, tanto em termos de experiência substancial como de representação política.

3.2. As Conferências anuais e informais dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia

A Conferência Anual dos Presidentes dos Parlamentos da UE tem por base as diretrizes de Estocolmo, adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual, organizada pelo Estado-Membro que detém a Presidência do outono num determinado ano para ser realizada durante a Presidência da primavera do ano seguinte. A Conferência adota Conclusões da Presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE. Podem ser convocadas reuniões extraordinárias da Conferência dos Presidentes, embora, em 2016, este formato tenha sido substituído por uma Cimeira informal dos Presidentes.

A Conferência anual dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia foi realizada no Luxemburgo em 22-24 de maio de 2016 e incidiu sobretudo na migração e no fortalecimento da União Europeia.

O tema da migração foi apresentado por Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia. O debate seguiu três temas principais: a necessidade de encontrar soluções comuns e eficientes para a Europa (salientada pela maioria dos presidentes), a necessidade de solidariedade (salientada pela maioria dos presidentes, sobretudo os dos países mais afetados, como a Grécia e a Itália) e a exigência do respeito pela soberania nacional e pela vontade dos Estados-nações na procura de soluções (salientada pelos presidentes dos países de Visegrád⁷). A Vice-Presidente do Parlamento Europeu Mairead McGuinness falou em defesa das posições do Parlamento Europeu, sublinhando, além disso, a necessidade de combater as causas profundas da migração e os problemas do crescimento e do emprego na UE.

Sobre o tema do fortalecimento da União, Laura Boldrini, Presidente da Câmara dos Deputados italiana, apresentou a Declaração de Roma sobre «Uma maior integração europeia: o caminho a seguir», iniciada pelos Presidentes da Câmara dos Deputados italiana, da Assembleia Nacional francesa, do Parlamento Federal alemão e da Câmara dos Deputados luxemburguesa. O debate geral evidenciou um amplo conjunto de opiniões, com a proposta do Presidente da Câmara Baixa

⁶ As discussões sobre o programa de trabalho da Comissão levaram a Presidência neerlandesa a tomar a iniciativa de apresentar à Comissão uma lista combinada de prioridades dos parlamentos nacionais.

⁷ República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia.

⁵ Ver o capítulo 2.5 a propósito do Estado de direito.

do Parlamento polaco de uma espécie de contradeclaração intitulada «Uma Europa de Estados solidários».

O debate sobre o papel dos parlamentos nacionais envolveu vários aspetos e instrumentos do controlo parlamentar nacional. Norbert Lammert, Presidente do Parlamento Federal alemão e orador principal, insistiu concretamente no facto de todos os instrumentos necessários para a cooperação interparlamentar já existirem e funcionarem corretamente. O desafio mais importante a enfrentar é o de produzir resultados qualitativos sobre questões como a TTIP e a Europol. Um outro orador principal, Urban Ahlin, do Parlamento sueco, insistiu nos aspetos práticos da cooperação interparlamentar (IPEX, rede de representantes, etc.). A maioria dos presidentes partilhou da interpretação da TTIP como um acordo misto, enquanto os debates sobre a segurança e as liberdades fundamentais se centraram na procura do equilíbrio certo e na necessidade de combater a radicalização e o discurso do ódio.

Por iniciativa do Presidente do Parlamento eslovaco, Andrej Danko, foi realizada em Bratislava, em 6 e 7 de outubro de 2016, uma reunião informal dos Presidentes dos Parlamentos da UE, a Cimeira Parlamentar de Bratislava, com a participação do Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. No rescaldo da votação do Reino Unido sobre o Brexit, pretendia-se discutir os atuais desafios enfrentados pela União, os seus objetivos futuros e o papel dos parlamentos nacionais. O ambiente destes debates foi positivo e voltado para o futuro, embora com a presença clara de diferenças de opinião.

A reunião dividiu-se em dois painéis: o primeiro sobre os atuais desafios da UE e o segundo sobre os seus objetivos futuros. O objetivo era realizar um debate aberto, sem conclusões nem declarações.

O Presidente eslovaco e anfitrião do evento referiu as muitas crises que a UE enfrenta (económica, migratória e Brexit) e afirmou que é imperativo garantir a segurança dos cidadãos. Martin Schulz defendeu que está em causa o futuro da UE e que os parlamentos nacionais são garantes das constituições nacionais, tal como o Parlamento Europeu – uma criação dos Tratados da UE ratificados por todos os Estados-Membros da UE – é garante da legitimidade da ação da UE. Recordando que a UE apenas é forte na medida em que os Estados-Membros o permitam, encorajou os parlamentos nacionais a apropriarem-se das políticas dos seus países relativas à UE e a responsabilizarem-se pelas mesmas. No contexto do Brexit, o Presidente sublinhou que a União se baseia na igualdade de estatuto de cidadãos e Estados-Membros. Consequentemente, nunca poderia existir uma União com duas classes de cidadãos ou de Estados-Membros.

Vários presidentes afirmaram que a votação do Brexit era prova da perda de confiança dos cidadãos nas instituições da UE e no *establishment* em geral. O Presidente do Parlamento eslovaco insistiu na necessidade de melhorar a confiança e o interesse dos cidadãos na UE e nas suas instituições e abordou formas de prosseguir o intercâmbio de boas práticas entre os parlamentos nacionais.

Muitos presidentes concordaram que qualquer nova proposta deve ser aplicada utilizando da melhor forma o Tratado de Lisboa, uma vez que parece haver muito pouca vontade de proceder a uma reforma do Tratado.

O Presidente do Parlamento eslovaco referiu-se ao lema da reunião, «Vamos conhecer-nos melhor», e propôs que as próximas presidências continuem a realizar este tipo de cimeiras informais, que revelaram um espírito construtivo e positivo.

4. Diálogo interparlamentar

4.1. Semana Parlamentar Europeia e Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governança na União Europeia (CIP ECEG)

O artigo 13.º do chamado Pacto Orçamental prevê a criação de uma conferência interparlamentar para debater as políticas orçamentais e outras questões abrangidas pelo acordo. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia adotou o Regimento da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governança na União Europeia (CIP ECEG) em 2015. A conferência inclui todos os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Os parlamentos membros são livres de escolher a dimensão e a composição das suas delegações.

A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governança na União Europeia surgiu como um verdadeiro fórum de debate interparlamentar sobre estes domínios políticos de importância crescente. O acordo sobre aspetos processuais abriu caminho a discussões mais aprofundadas sobre as questões em apreço.

Em 17 de fevereiro de 2016, os Estados Gerais dos Países Baixos e o Parlamento Europeu convidaram os parlamentos nacionais para a CIP ECEG. Em 16 de fevereiro de 2016, o Parlamento Europeu também convidou os parlamentos nacionais para a reunião interparlamentar dedicada aos Ciclos do Semestre Europeu de 2015/2016. Estes dois eventos integraram a edição de 2016 da Semana Parlamentar Europeia e contaram com a participação de aproximadamente 45 deputados ao Parlamento Europeu, 130 deputados aos parlamentos nacionais e 120 funcionários que os acompanhavam.

A dimensão social da União Económica e Monetária (UEM), a luta contra a evasão fiscal, o contributo dos estabilizadores automáticos para a arquitetura de uma união orçamental e o programa comum de investimento foram os temas dominantes da CIP ECEG, organizada pelo Parlamento eslovaco de 16 a 18 de outubro de 2016, em Bratislava. O evento reuniu 100 parlamentares nacionais de toda a Europa, uma delegação do Parlamento Europeu composta por 11 deputados e copresidida por Anneli Jäätteenmäki, então Vice-Presidente responsável pelas relações com os parlamentos nacionais, e por Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), e representantes das instituições europeias e do Governo eslovaco.

Os debates foram estruturados em quatro sessões temáticas, precedidas por reuniões dos grupos políticos e uma sessão formal de abertura, na qual intervieram o Vice-Presidente do Parlamento eslovaco Andrej Hrnčiar e o Presidente da Comissão Financeira e Orçamental do Parlamento eslovaco, Ladislav Kamenický. Vários deputados ao Parlamento Europeu participaram como oradores nos diferentes painéis: Maria João Rodrigues, relatora da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL); Fabio De Masi, Vice-Presidente da Comissão de Inquérito sobre o Branqueamento de Capitais, a Elisão e a Evasão Fiscais (PANA); Pervenche Berès, relatora da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON); Jean Arthuis, Presidente da Comissão dos Orçamentos (BUDG) e Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão ECON.

4.2. Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança

A Conferência Interparlamentar para Acompanhamento da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo Parlamento do Estado-Membro que detém a Presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com

o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente cerca de 100 parlamentares de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio político crucial.

Em 2016, tiveram lugar as oitava e nona edições da Conferência Interparlamentar para Acompanhamento da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD), de 6 a 8 de abril na Haia e de 2 a 4 de setembro em Bratislava. As delegações do Parlamento Europeu em ambas as reuniões eram constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) e da Subcomissão da Segurança e da Defesa (SEDE). Ambas foram presididas por Elmar Brok, Presidente da Comissão AFET.

A Conferência PESC/PCSD realizada na Haia reuniu deputados ao Parlamento Europeu, deputados aos parlamentos dos Estados-Membros da UE e parlamentares dos países candidatos, bem como da Islândia, do Kosovo e da Noruega, além de outros representantes políticos e peritos no domínio da política externa e de segurança. Os oradores incluíram ainda o Secretário-Geral Adjunto da NATO, Alexander Vershbow, e a Secretária-Geral Adjunta dos Assuntos Externos (Secretária-Geral desde junho de 2016) do Serviço Europeu para a Ação Externa, Helga Schmid. Os debates realizados durante as quatro sessões plenárias e os três *workshops* centraram-se numa revisão estratégica da política externa e de segurança da UE, no reforço da defesa e da resposta rápida da UE, em sinergias no interior da UE e com parceiros externos, nos aspetos de política externa da migração e no controlo das exportações de armas.

Nas conclusões da conferência, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE salientaram que, num momento em que a segurança externa e interna estão mais interligadas do que nunca, a cooperação no domínio da PESC/PCSD tem de ser ainda mais reforçada.

Na Conferência de Bratislava, em setembro, os principais temas debatidos foram a UE como interveniente global, uma abordagem abrangente do desenvolvimento sustentável e da migração e os primeiros passos para uma União Europeia da Defesa. As políticas de vizinhança para os Balcãs Ocidentais e as vizinhanças oriental e meridional da UE também foram debatidas nas sessões e nos *workshops* da conferência. Os participantes de alto nível incluíam a Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, e o Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas para os Assuntos Políticos, Miroslav Jenca.

No intuito de promover a solidariedade de todos os Estados-Membros e o esforço coletivo para desenvolver uma agenda comum, as delegações de Chipre, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha assinaram a chamada «Declaração de Bratislava pelos Estados-Membros da fronteira sul da União Europeia».

4.3. Reuniões interparlamentares de comissões (RIC) e outras reuniões interparlamentares

Para além das duas Conferências Interparlamentares normais, as comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente cerca de 15 reuniões interparlamentares de comissões (RIC), convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais para debater questões específicas. Numa base mais ad hoc, são também realizados outros tipos de reuniões interparlamentares, geralmente pelo Parlamento na Presidência.

Com um total de 14 reuniões interparlamentares de comissões e duas conferências interparlamentares, 2016 confirmou a procura contínua de debates interparlamentares mais concentrados a nível temático e de menor dimensão a nível especializado. A maior parte das

reuniões seguiu o formato de reuniões interparlamentares de comissões, trocas de pontos de vista ou *workshops* organizados em Bruxelas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais. Em 2016, 510 deputados aos parlamentos nacionais encontraram-se com 493 deputados ao Parlamento Europeu em reuniões organizadas por 13 comissões parlamentares diferentes.

Várias reuniões já conquistaram um lugar permanente no calendário das atividades interparlamentares, nomeadamente a Semana Parlamentar Europeia (ver capítulo 4.1), a troca anual de pontos de vista sobre o ciclo do Semestre Europeu, a reunião da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu para assinalar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, e as reuniões bianuais das Comissões dos Assuntos Externos na Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD.

Um ponto alto de 2016 foi a Conferência Interinstitucional com os parlamentos nacionais sobre o futuro financiamento da UE, realizada em 7 e 8 de setembro. No intuito de criar um fórum de diálogo proativo com os parlamentos nacionais, esta conferência reuniu deputados aos parlamentos nacionais e ao Parlamento Europeu, representantes dos governos dos Estados-Membros e das instituições europeias e membros do chamado Grupo de Alto Nível de Monti sobre os Recursos Próprios. Criou uma oportunidade para uma troca aprofundada de pontos de vista sobre questões fundamentais relacionadas com as finanças públicas europeias, mais concretamente sobre o futuro do financiamento do orçamento da UE. Os resultados das discussões serviram de contributo para o relatório final do Grupo de Alto Nível, que teria de ser apresentado até ao final de 2016.

Uma outra reunião de elevada importância política foi a reunião interparlamentar de comissões da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu sobre a revisão específica das regras relativas ao destacamento de trabalhadores, em 12 de outubro de 2016. A proposta da Comissão (COM(2016)0128) relativa ao destacamento de trabalhadores desencadeou o chamado «cartão amarelo» (ver capítulo 2.2), chamando a atenção para as negociações a realizar em breve sobre esta proposta no âmbito do processo legislativo ordinário.

Além disso, o calendário de atividades interparlamentares de 2016 incluiu dois *workshops* da Comissão dos Assuntos Jurídicos, duas trocas de pontos de vista, uma por iniciativa da Comissão Especial sobre as Decisões Fiscais (TAXE 2) e outra da Comissão de Inquérito sobre a Medição das Emissões no Setor Automóvel (EMIS), bem como cinco RIC, respetivamente da Comissão da Cultura e da Educação (CULT), da Comissão do Controlo Orçamental (CONT), da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE), da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e (sobre o CETA, num almoço com debate) da Comissão do Comércio Internacional (INTA). Todas estas atividades tiveram lugar durante uma faixa horária destinada a reuniões das comissões.

O anexo II inclui uma lista de todas as reuniões interparlamentares organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2016, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

4.4. Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu

Um instrumento e formato em evolução para o diálogo interparlamentar são as visitas bilaterais que os parlamentos nacionais fazem, separadamente, ao Parlamento Europeu, muitas vezes combinadas com visitas às restantes instituições da UE. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.

Anualmente, o Parlamento Europeu recebe perto de cem visitas oficiais de parlamentos nacionais da UE, quer nas instalações de Bruxelas quer nas de Estrasburgo. Estas visitas oferecem oportunidade de manter um diálogo «bilateral» mais específico sobre questões da UE levantadas pelo parlamento ou câmara parlamentar nacional visitante.

Os participantes e os temas destas visitas variam consideravelmente: desde a visita do presidente de um parlamento nacional a visitas de trabalho das comissões sobre um amplo leque de temas políticos, passando por visitas de estudo de funcionários dos parlamentos nacionais provenientes de diferentes áreas do trabalho parlamentar.

Em 2016, o Parlamento Europeu recebeu 76 visitas oficiais dos parlamentos nacionais da UE. Após o referendo do Reino Unido sobre a pertença à UE, realizado em 23 de junho de 2016, a maioria das visitas bilaterais do segundo semestre de 2016 centraram-se na questão do Brexit e do futuro da União Europeia.

Para além das visitas bilaterais, podem ser organizadas videoconferências entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, permitindo aos parlamentares permanecerem em contacto sobre um tema específico ao longo do tempo ou organizar debates sobre questões da atualidade sem a necessidade de preparações morosas.

O anexo III disponibiliza uma lista exaustiva de todas as visitas, incluindo videoconferências, de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu organizadas em 2016 com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

5. O «mecanismo de alerta precoce» e o «diálogo político informal» – Protocolos n.ºs 1 e 2 do Tratado de Lisboa

O Protocolo n.º 2 do TFUE cria um mecanismo de reanálise, o chamado «mecanismo de alerta precoce», que envolve os parlamentos nacionais. Ao abrigo deste mecanismo, os parlamentos nacionais podem reanalisar os projetos de atos legislativos da UE e, caso detetem uma violação do princípio da subsidiariedade, podem enviar um «parecer fundamentado» à instituição emissora no prazo de oito semanas a contar da data de envio do projeto de ato legislativo. O Protocolo prevê um procedimento de reanálise e até uma reanálise obrigatória (conhecidos, respetivamente, como «cartão amarelo» e «cartão laranja») quando o número de pareceres fundamentados excede determinados limiares. Além disso, o Protocolo n.º 1 do TFUE permite aos parlamentos nacionais apresentarem observações sobre outros documentos, como livros verdes, livros brancos e comunicações da Comissão. As observações sobre estes documentos são bastante numerosas e inserem-se no chamado «diálogo político informal».

Mecanismo de alerta precoce

Tal como atrás se refere, o «mecanismo de alerta precoce» apenas diz respeito aos pareceres fundamentados.

A Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI), responsável, no Parlamento Europeu, pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade⁸, decidiu⁹ que um parecer entregue por um parlamento nacional deve ser considerado:

1. um «parecer fundamentado» se tiver sido comunicado ao parlamento no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa¹⁰ e apresentar a opinião de que um projeto de ato legislativo não respeita o princípio da subsidiariedade;
2. um «contributo» se não preencher estes dois critérios (os documentos enviados no âmbito do diálogo político informal também são designados «contributos»).

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Comissão enviou mais de 600 projetos de atos legislativos aos parlamentos nacionais para apreciação nos termos do Protocolo n.º 2. Os parlamentos nacionais responderam com o envio de cerca de 2 500 pareceres. Destes, apenas cerca de 400 (16 %) eram pareceres fundamentados que alegavam a violação do princípio da subsidiariedade, enquanto a vasta maioria (cerca de 84 %) eram contributos que se ocupavam do conteúdo das propostas.

Esta situação demonstra que os parlamentos nacionais não têm utilizado este mecanismo para bloquear o processo legislativo a nível da UE. Até agora, apenas alguns parlamentos nacionais enviaram grandes números de pareceres fundamentados. O limiar necessário para ativar o procedimento de «cartão amarelo» apenas foi alcançado três vezes: em 2012 no âmbito da proposta «Monti II» relativa ao direito à greve, que a Comissão retirou posteriormente (embora não por motivos de subsidiariedade), em 2013 relativamente à Procuradoria Europeia, em que a Comissão manteve a sua proposta, e em 2016 (maio) contra a proposta de revisão da Diretiva Destacamento de Trabalhadores. Neste último caso, a Comissão decidiu manter a sua proposta, uma vez que, na sua opinião, esta não viola o princípio da subsidiariedade.

A questão da Diretiva Destacamento de Trabalhadores, que foi também um evento político crucial de 2016, foi analisada na parte 2, capítulo 2.2.

Embora o número de novos projetos de atos legislativos tenha diminuído significativamente em 2014 e em 2015 (para 42 e 38, respetivamente), tal como, em paralelo, o número de pareceres apresentados pelos parlamentos nacionais (para 151 e 90, respetivamente), em 2016 esta tendência alterou-se de novo: houve 116 novos projetos de atos legislativos e o Parlamento Europeu recebeu 410 pareceres (334 contributos e 76 pareceres fundamentados).

Com base no que precede, afigura-se evidente que os parlamentos nacionais estão dispostos a formular observações sobre a substância dos atos legislativos, e que estas não constituem um entrave ao processo de decisão. Pelo contrário, são uma oportunidade e um recurso para o

⁸ Regimento do Parlamento Europeu; anexo V, ponto XVI, parágrafo 1: «[A Comissão dos Assuntos Jurídicos] tem competência em matéria de: interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade; (...)».

⁹ Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

¹⁰ Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, artigo 6.º: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses Parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos Parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os Parlamentos regionais com competências legislativas.

Parlamento Europeu no desenvolvimento do seu pensamento e das suas posições sobre diversos domínios.

Os contributos e pareceres fundamentados são enviados (muito frequentemente acompanhados por uma síntese de todos os documentos apresentados sobre o mesmo assunto) para os relatores, que os podem utilizar quer como fonte de informação factual, uma vez que têm por vezes conteúdo muito técnico, quer como fonte de informação política, já que revelam a posição dos parlamentos nacionais quanto ao assunto em questão.

Este aspeto já era evidente para o Parlamento Europeu quando, na sua resolução, de 16 de abril de 2014, sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais («relatório Casini»)¹¹, se congratulou com «o facto de, na prática, este instrumento também ser usado como meio de consulta e de diálogo de cooperação entre as várias instituições do sistema multinível da UE».

O anexo IV disponibiliza dados estatísticos sobre os pareceres fundamentados e os contributos recebidos ao abrigo do mecanismo de alerta precoce em 2016.

Diálogo político informal

Em 2016, os parlamentos nacionais continuaram a utilizar ativamente o «diálogo político informal» enviando 243 contributos relativos a ficheiros legislativos da competência exclusiva da União Europeia (e, por conseguinte, não sujeitos ao mecanismo de alerta precoce) e a uma grande diversidade de documentos não legislativos, nomeadamente documentos relacionados com debates em curso a nível europeu ou, como já se referiu, documentos de consulta da Comissão. Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu cerca de 1 700 contributos dos parlamentos nacionais, que estão publicados numa base de dados na *intranet* do Parlamento Europeu.

Mais importante ainda, pelo menos no contexto da COSAC, é o facto de se ter tornado evidente que os parlamentos nacionais apreciam o envolvimento ativo da Comissão nos debates que os incluem.

6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede

6.1. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP) tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 41 na União Europeia) de 54 países e instituições europeias. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas.

Também em 2016, o CEIDP confirmou de forma notável o seu estatuto de ferramenta indispensável para ajudar os parlamentos a servirem os seus membros e administrações. As suas principais atividades consistem em seminários sobre temas da atualidade e pedidos de comparação sobre matérias legislativas e parlamentares.

No que diz respeito aos seminários, os parlamentos membros do CEIDP normalmente acolhem cinco a seis seminários por ano. Em 2016, o parlamento anfitrião, o coordenador do CEIDP responsável e o Secretariado do CEIDP organizaram conjuntamente cinco seminários. Atraíram

um total de 315 participantes dos parlamentos do CEIDP. Os seminários do CEIDP estão abertos apenas a pessoal dos parlamentos do CEIDP e ajudam a criar redes de peritos e serviços competentes. A Assembleia Nacional francesa organizou, juntamente com o Secretariado do CEIDP, a Conferência Anual dos Correspondentes em Paris.

O Parlamento Europeu continua a ser o principal contribuinte financeiro do CEIDP, no que diz respeito a pessoal, reembolso parcial de despesas de viagem de alguns parlamentos membros e gestão do sítio do CEIDP. Em contrapartida, o Parlamento Europeu depende fortemente da rede para fazer face às necessidades de informações e boas práticas dos seus serviços.

No que se refere aos pedidos de comparação, em 2016 os parlamentos membros do CEIDP apresentaram 274 pedidos de comparação à rede, contra 287 em 2015, o terceiro resultado mais elevado desde que a rede iniciou o seu funcionamento, em 2000. Estes dados demonstram que o envolvimento dos parlamentos membros do CEIDP é claramente motivado pela procura, refletindo as necessidades dos parlamentares dos Estados-Membros e das administrações parlamentares em termos de aprendizagem a partir das experiências e soluções de outros países. A taxa média de resposta a um pedido é de aproximadamente 63 %, e mais de 80 % das respostas cumprem o prazo ou chegam pouco depois de este terminar. Estes números, que se mantiveram estáveis ao longo dos anos, sublinham a fiabilidade da rede e ajudam a gerir a carga de trabalho e as expectativas dos clientes.

O ano de 2016 confirma as observações efetuadas em anos anteriores de que cerca de 42 % dos pedidos abordam questões relacionadas com o funcionamento dos parlamentos (administração, órgãos, procedimentos e questões relativas aos deputados), ao passo que os restantes 58 % estão localizados na esfera político-legislativa. A administração dos parlamentos, por um lado, e as políticas sociais (incluindo em matéria de migração e de saúde), por outro, mantêm a primeira e segunda posições, respetivamente. Os assuntos jurídicos e financeiros e a segurança pública também têm pontuações elevadas. Em geral, existe um conjunto de temas estável e amplo, que reflete a agenda política e administrativa dos parlamentos e dos parlamentares, o que sublinha a importância da rede CEIDP, não só para fins de investigação política e legislativa, como também para projetos administrativos e para o intercâmbio de boas práticas.

Enquanto facilitadora, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu presta apoio aos serviços do Parlamento Europeu envolvidos, não só para explicar o funcionamento da rede CEIDP, como também no contexto de pedidos concretos. Este trabalho é fundamental, uma vez que ajuda a manter expectativas realistas e a obter resultados eficazes, sem esquecer que o CEIDP é uma rede voluntária para a qual os correspondentes contribuem além das suas prioridades quotidianas. Uma vez que a carga de trabalho se tornou problemática ao longo dos anos, também para o CEIDP, convém salientar que só devem ser apresentados pedidos quando não existem fontes de informação alternativas. O Secretariado do CEIDP tem a importante tarefa de verificar que os pedidos de todos os parlamentos membros cumprem as diretrizes.

Em 2016, o Parlamento Europeu transmitiu dez pedidos à rede CEIDP em nome dos seus serviços, ligeiramente menos do que em 2015, ano em que foram efetuados 13 pedidos. Dois dos pedidos foram enviados para preparar a Conferência Anual dos Correspondentes.

No mesmo ano, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais coordenou 34 respostas do Parlamento Europeu a pedidos de outros parlamentos, sobretudo em matérias administrativas e processuais, o que representa um aumento significativo face a 2015, em que tiveram de ser elaboradas 21 respostas. Importa salientar que estas respostas são essenciais também como sinais de boa vontade, já que motivam, indiretamente, os outros membros da rede a contribuir com respostas ao Parlamento Europeu.

¹¹ Textos aprovados, P7_TA(2014)0430.

Além disso, foi lançada em 2016 uma renovação em grande escala do sítio do CEIDP. Ao longo dos últimos dez anos, o sítio foi submetido a uma série de alterações sob a forma de novos módulos e procedimentos, melhorando as suas características, mas sem uma revisão geral da sua estrutura e interface. Simultaneamente, o mundo avançou em termos de ferramentas, normas e hábitos. Os dispositivos móveis mudaram a forma como interagimos e comunicamos na Internet, e o computador pessoal perdeu o seu papel predominante neste domínio. Um sítio moderno e as respetivas funcionalidades têm de funcionar sem perturbações, imediatamente e com a mesma facilidade de utilização nos *smartphones*, *tablets* e computadores de secretária, numa abordagem denominada «design reativo». Para alcançar este objetivo, fixou-se um conjunto de requisitos e elaborou-se um plano de trabalho pormenorizado. O intercâmbio diário de informações sob a forma de pedidos e respostas, os eventos do CEIDP com registo em linha, as fichas informativas parlamentares ambiciosas e o motor de busca potente exigem uma nova plataforma que possa ser consultada em qualquer lugar e em qualquer dispositivo. O novo sítio será apresentado na Conferência Anual de 2017, que celebra o 40.º aniversário do CEIDP.

A cooperação com a DG ITEC continuou a ser de excelente qualidade. Foram postas em prática novas medidas de segurança para proteger o sítio, e os parlamentos parceiros que para ele contribuem, contra ameaças externas.

«Spotlight on Parliaments in Europe»

A publicação «Spotlight on Parliaments in Europe» [Parlamentos da Europa em destaque] resume informações sobre determinadas matérias da atualidade propostas pelos parlamentos da rede CEIDP. Os temas são escolhidos em função da sua pertinência para o Parlamento Europeu ou da relação com os temas da sua agenda política. A Spotlight apresenta ideias comparativas interessantes sobre a situação dos parlamentos nacionais e ajuda a criar um melhor entendimento mútuo.

Em 2016, a Direção elaborou cinco novas edições da Spotlight sobre diversos temas.

O anexo V disponibiliza a lista das reuniões do CEIDP e os pedidos de comparação emitidos pelo Parlamento Europeu, bem como uma síntese das edições da «Spotlight on Parliaments in Europe» publicadas em 2016.

6.2. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)

O Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) tem por objetivo apoiar a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma para o intercâmbio eletrónico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 41 câmaras de 28 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é continuamente aperfeiçoado para satisfazer as necessidades em constante mudança dos seus utilizadores.

Em 2016, o IPEX consolidou a sua posição como ferramenta essencial para a cooperação interparlamentar.

Com base no trabalho das presidências anteriores, a Presidência luxemburguesa concluiu com êxito o trabalho de elaboração do Manual para os Correspondentes e da brochura do IPEX, que apresenta uma panorâmica muito sucinta da missão, dos objetivos, da estrutura e da base de dados do IPEX.

Nas suas reuniões anuais em 2016, os Presidentes dos Parlamentos da União Europeia apelaram à Presidência luxemburguesa para que continuasse os debates sobre uma estratégia digital, que irão orientar as decisões do conselho de administração do IPEX relativamente ao seu futuro desenvolvimento.

A estratégia digital, elaborada por um grupo de trabalho para o IPEX, esboça as abordagens estratégicas a adotar para alcançar os objetivos relacionados com o público-alvo do IPEX e as informações e os serviços que este presta. Além disso, identifica de que forma é possível envolver mais ativamente os correspondentes nacionais no intercâmbio de informações e nas medidas pertinentes para a promoção do IPEX.

Após a sua adoção pelos secretários-gerais dos parlamentos da UE em 2017, a estratégia digital do IPEX será complementada por um programa de trabalho de três anos, que garantirá a continuidade na gestão dos projetos que abrangem mais do que uma presidência. Os objetivos prioritários do Programa de Trabalho do IPEX são: a promoção do IPEX; o reforço da rede IPEX; e a melhoria da base de dados do IPEX.

Ao longo de 2016, foi prestada especial atenção ao trabalho em rede e aos utilizadores do IPEX. Neste contexto, continuaram a ser organizadas reuniões promocionais no Parlamento Europeu, dirigidas a utilizadores dos grupos políticos e do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS).

Existe cada vez mais interesse em analisar a possível interação com outras plataformas de intercâmbio de informação interparlamentar. Por sugestão do Parlamento Europeu, foi incluída uma apresentação do Repositório Unificado de Estudos de Implementação (Unified Repository Base on Implementation Studies – URBIS) na agenda da reunião do Conselho de Administração do IPEX, realizada em Bruxelas em 2016.

O IPEX é considerado um dos projetos mais bem-sucedidos e concretos realizados em cooperação com os parlamentos nacionais da União Europeia e com o apoio do Parlamento Europeu. O mecanismo das presidências rotativas, a estratégia digital e o programa de trabalho levarão a um sentimento crescente de apropriação do IPEX por todos os parlamentos da UE.

O IPEX publica atualmente mais de 80 000 páginas (concretamente, 81 475) dos parlamentos nacionais e das instituições europeias com informações relacionadas com controlo em 11 500 documentos elaborados pelas instituições da UE e ligados a cerca de 9 350 dossiês. Em 2016, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados na rede IPEX era de 1064.

Em 2016, o sítio do IPEX tinha 253 264 visitantes individuais. O número de páginas visitadas foi de quase 7 milhões¹².

6.3. Outras ferramentas e redes

Representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos (ou câmaras) nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991 (2016 assinalou o 25.º aniversário do acordo) e com vista a reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu ofereceu a estes representantes espaços complementares de escritório e outros espaços internos mediante pedido, nas suas instalações de Bruxelas e de Estrasburgo.

¹² Relatório sobre o trabalho do IPEX em 2016; www.ipex.eu/IPEXL-WEB/euspeakers/getspeakers

Ao longo do tempo, todos os parlamentos nacionais enviaram um funcionário nacional a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. No total, aproximadamente 50 pessoas de 41 câmaras ocupam 37 escritórios. Os representantes trabalham no mesmo edifício do Parlamento Europeu que alberga a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios.

Estes representantes são funcionários nacionais cujo papel é administrativo e neutro: a sua função de informação mútua (enquanto fluxo bilateral entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais) é um fator determinante nos assuntos da UE, uma vez que o objetivo final destes intercâmbios é muito concreto, nomeadamente obter respostas comuns a nível parlamentar para os muitos desafios enfrentados pela União Europeia.

Está disponível uma lista atualizada de representantes em:
www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/about/contacts.

Programas de apoio ao «Parlamento na Presidência»

Na fase de preparação da dimensão parlamentar de cada Presidência da UE, a cooperação e o intercâmbio interparlamentares intensificam-se. Sempre que o parlamento de um país que detém, pela primeira vez, a Presidência rotativa do Conselho da UE solicita, por escrito, a assistência do Parlamento Europeu para a preparação das suas atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência, o Parlamento Europeu pode contribuir para os custos do programa, repartindo-os com o parlamento em questão, dentro dos limites da boa gestão financeira. No âmbito deste programa, o Parlamento Europeu trabalha para prestar apoio à medida das necessidades e prioridades da Presidência.

Após as alterações do calendário das Presidências do Conselho da UE, temos agora uma sequência sem precedentes de Estados-Membros à cabeça da UE pela primeira vez: Eslováquia, Malta, Estónia e Bulgária. Os parlamentos destes países confirmaram o seu interesse no Programa de Apoio à Presidência da UE.

Em 2015 e 2016, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais chegou a acordo quanto a um programa de apoio ao Parlamento eslovaco, tendo organizado várias visitas sucessivas de deputados a esse parlamento, bem como visitas de estudo para peritos ligados às comissões e serviços do Parlamento eslovaco e do Parlamento Europeu.

Está previsto um programa semelhante para as Presidências estónia e búlgara e foi organizada uma visita a Malta, em dezembro de 2016, de preparação para a presidência desse país. Nessa ocasião, foi realizado um seminário sobre subsidiariedade e cooperação com o Parlamento Europeu.

Os participantes no programa confirmaram que os exercícios exaustivos realizados numa fase inicial foram especialmente úteis para definir o calendário e planear melhor a dimensão parlamentar. O trabalho em rede com todos os interlocutores pertinentes (deputados ao Parlamento Europeu, funcionários do Parlamento Europeu, representantes dos parlamentos, o representante do IPEX, o Secretariado da COSAC, equipas de projetos da conferência interparlamentar) e a partilha de ensinamentos retirados de experiências recentes foram muito bem acolhidos. A transferência de conhecimentos especializados e a comunicação constante também garantiram a coerência do trabalho de várias presidências, e os destacamentos de curta duração para serviços especializados também foram muito valorizados.

Connect – a base de dados de documentos dos parlamentos nacionais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais gere a base de dados Connect na *intranet* do Parlamento Europeu. Esta base de dados contém todos os documentos relacionados com a UE que os parlamentos nacionais transmitiram oficialmente ao Parlamento Europeu desde 2010.

Neste momento, os deputados ao Parlamento Europeu, assistentes, grupos políticos, pessoal dos secretariados de comissões e outros funcionários do Parlamento Europeu, bem como os representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas, têm acesso à base de dados na *intranet* do Parlamento Europeu em: www.connect.ep.parl.union.eu.

Prevê-se que, em 2017, a base de dados Connect seja disponibilizada no sítio público do Parlamento www.europarl.europa.eu/relnatparl.

O reforço da relação do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais num contexto global

Em 2016, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais trabalhou num projeto¹³ destinado a reforçar o acompanhamento e a cooperação com os parlamentos nacionais da UE em assembleias multilaterais e fóruns globais.

Os primeiros passos práticos para aproximar os parlamentos nacionais do trabalho do Parlamento Europeu foram dados no contexto da «Semana da Ucrânia», realizada em fevereiro e março de 2016. Este importante evento foi organizado pelo Parlamento Europeu com o objetivo de reforçar o desenvolvimento de capacidades do Parlamento ucraniano. Os parlamentos nacionais foram convidados a participar a fim de inventariarem as suas atividades e, dessa forma, assegurarem a complementaridade.

Uma outra característica pertinente do projeto foi o envolvimento de alto nível do Parlamento Europeu na Conferência bienal dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, realizada em Estrasburgo em 15 e 16 de setembro de 2016, sob os auspícios da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Participaram neste evento mais de 50 Presidentes de Parlamentos. A Vice-Presidente Ulrike Lunacek representou o Parlamento Europeu nessa conferência, com apoio administrativo e aconselhamento da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais. A participação regular do Parlamento Europeu nestes eventos, organizados sob a égide do Conselho da Europa, durante os quais a União Europeia e as suas instituições são constantemente mencionadas e frequentemente criticadas, representaria uma evolução significativa.

Igualmente importante para este projeto é a União Interparlamentar (UIP). O Presidente do Parlamento Europeu é convidado, duas vezes por ano, para as assembleias da UIP. À margem das assembleias da UIP, reúne-se também a Associação de Secretários-Gerais (ASG). A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais irá continuar a acompanhar a UIP a fim de garantir o êxito da sua participação.

¹³ DG Presidência, Projeto 4, «O reforço da relação do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais num contexto global».

ANEXOS

ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2016

Evento da COSAC	Temas	Principais oradores/intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos Presidentes Haia, 7-8 de fevereiro de 2016	<ul style="list-style-type: none"> Organização e cooperação em matéria de controlo parlamentar com base num estudo de caso centrado na Europol Prioridades europeias para 2016 e para os anos seguintes 	
Reunião plenária da LV COSAC Haia, 12-14 de junho de 2016	<p>Reflexão sobre a Presidência neerlandesa da UE</p> <ul style="list-style-type: none"> Sessão I: Controlo parlamentar, intercâmbio de boas práticas Sessão II: O papel dos parlamentos na proteção do Estado de direito na UE Sessão III: Intercâmbio de boas práticas e experiências em matéria de diplomacia parlamentar Sessão IV: Tribunal de Contas Europeu Sessão V: Migração Debate sobre o ponto da situação da aplicação do Acordo UE-Turquia 	<p>Sophie in 't Veld, relatora do relatório de iniciativa legislativa sobre a criação de um mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais</p> <p>Elmar Brok, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos (AFET)</p>
Reunião dos Presidentes Bratislava, 10-11 de julho de 2016	<ul style="list-style-type: none"> Prioridades da Presidência eslovaca Dimensão social da UE e política de coesão – triplo A em assuntos sociais 	
Reunião plenária da LVI COSAC Bratislava, 13-15 de novembro de 2016	<ul style="list-style-type: none"> Ponto da situação da Presidência eslovaca Reforço do papel dos parlamentos nacionais na UE A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) 2016: o «ano de resultados» da União da Energia Proteção das fronteiras externas da UE no contexto da migração irregular 	<p>Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO)</p>

Para informações mais pormenorizadas sobre a ordem do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio da COSAC: www.cosac.eu

ANEXO II – Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas¹⁴ em 2016

Comissão PE	Evento	Participação de			
		Parlamentos nacionais ¹⁵			PE
		Membros	Parlamentos	Câmaras parlamentares	Membros
ECON/BUDG/EMPL	16-17 de fevereiro <u>Semana Parlamentar Europeia:</u> Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG)	134	33	44	45
JURI	17 de fevereiro <u>Workshop:</u> Novas regras aplicáveis aos contratos no contexto digital	4	4	4	4
AFET	23 de fevereiro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Rumo à Cimeira da NATO em Varsóvia» e «Conflitos na região do MONA»	37	19	22	91
FEMM	3 de março <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE»	41	29	33	15
TAXE 2	18 de abril <u>Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais da UE:</u> «O Pacote Antielisão Fiscal e outros desenvolvimentos na UE e a nível internacional: escrutínio e controlo democrático pelos parlamentos nacionais»	25	17	19	34
BUDG	7-8 de setembro <u>Conferência Interinstitucional</u> com os parlamentos nacionais sobre o futuro financiamento da UE	58	20	25	34
ECON	28 de setembro <u>Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais da UE:</u> «O ciclo do Semestre Europeu de 2016»	16	15	15	22
CULT	11 de outubro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Setores culturais e criativos da UE»	29	17	19	11
EMPL	12 de outubro <u>Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais da UE:</u> «Uma revisão específica das regras relativas ao destacamento de trabalhadores»	32	18	22	68
JURI	17 de outubro <u>Workshop:</u> «Robótica e inteligência artificial – questões éticas e abordagem regulamentar»	4	4	4	4
AFET	8 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u>	25	14	15	86

¹⁴ Salvo especificação em contrário, todas as reuniões são reuniões interparlamentares de comissões

¹⁵ Estados-Membros da UE, países candidatos, países candidatos potenciais, Suíça e Noruega.

	«Ponto da situação da política externa e de segurança comum»				
CONT	8 de novembro Reunião interparlamentar de comissões: «Para uma melhor despesa em gestão partilhada: um modelo de controlo parlamentar mais cooperativo»	16	12	12	9
LIBE	28 de novembro Reunião interparlamentar de comissões: «Europol e o controlo parlamentar no quadro das políticas de segurança interna da UE»	45	24	31	22
AFCO	29 de novembro Reunião interparlamentar de comissões: «O direito de inquérito do Parlamento Europeu», «A revisão da lei eleitoral da UE», «A futura evolução institucional da União Europeia»	30	15	19	18
INTA	29 de novembro Almoço e debate com os parlamentos nacionais sobre o CETA	10	7	9	14
EMIS	5 de dezembro Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais: Troca de pontos de vista com os representantes dos parlamentos nacionais da Alemanha, França, Bélgica e Reino Unido sobre as investigações parlamentares à medição das emissões no setor automóvel	4	4	4	16
TOTAL		510	NA	NA	493

ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais¹⁶ ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências)

Data	País/Câmara	Comissão/Outros
11/01/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários; representantes da <i>Confederação Europeia dos Sindicatos</i> e do Centro de Estudos de Política Europeia
13/01/2016	UK - Câmara dos Lordes	Comissão de Assuntos da UE
25/01/2016	UK - Câmara dos Comuns	Comissão do Desenvolvimento Internacional
26/01/2016	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Financeiros da UE
28/01/2016	NO - Parlamento norueguês	Comissão Permanente do Emprego e dos Assuntos Sociais
26/01/2016	Conselho Nórdico	Delegação da Assembleia Báltica e do Conselho Nórdico
16/02/2016	SE - Parlamento	Serviço de Investigação e Biblioteca
16/02/2016	ES - Cortes Gerais	Funcionários do parlamento espanhol e dos parlamentos regionais
17-18/02/2016	NO - Parlamento norueguês	Visita de trabalho de membros e funcionários
18-19/02/2016	UK - Câmara dos Comuns	Visita de estudo
24/02/2016	DK - Parlamento	Comissão dos Assuntos Europeus
29/02-01/03/2016	UK - Câmara dos Lordes	Funcionários da Subcomissão do Ambiente e da Energia
01-02/03/2016	UK - Câmara dos Comuns	Comissão de Controlo Europeu
14/03/2016	UK - Câmara dos Comuns	Comissão para os Assuntos da Irlanda do Norte
15/03/2016	UK - Câmara dos Comuns	Comissão para os Assuntos do País de Gales
15-16/03/2016	RO - Senado	Comissão dos Transportes e da Energia
16/03/2016	IT - Câmara dos Deputados	Comissão Mista Antimáfia
16/03/2016	NO - Parlamento norueguês	Comissão Permanente para os Negócios Estrangeiros e a Defesa
16/03/2016	Reunião com parlamentos nacionais da UE convidados no domínio da segurança	
21-22/03/2016	BG - Assembleia Nacional	Delegação da Assembleia Parlamentar do Processo de Cooperação da Europa do Sudeste (AP PCES), presidida por Tsetska Tsacheva, Presidente da Assembleia Nacional da Bulgária
04-05/04/2016	DK - Parlamento	Funcionários
05/04/2016	DE - Parlamento Federal	Comissão dos Assuntos Europeus
05/04/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros
06/04/2016	FI - Parlamento	Comité de Auditoria
07/04/2016	FR - Senado	Mesa do Senado francês
18-19/04/2016	FI - Parlamento	Grande Comissão
18/04/2016	AT - Conselho Nacional	Funcionários
20-22/04/2016	SK - Parlamento	Funcionários no âmbito dos preparativos da dimensão parlamentar da Presidência eslovaca do Conselho da UE
26-27/04/2016	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Internos da UE
28-29/04/2016	DK - Parlamento	Funcionários
03/05/2016	IT - Senado da República	Reunião conjunta das Comissões dos Assuntos da UE e dos Transportes (videoconferência)
03/05/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros
23/05/2016	NL - Segunda Câmara	Comissão de Infraestruturas e Ambiente

¹⁶ Parlamentos nacionais da UE, Parlamento norueguês e Conselho Nórdico.

26-27/05/2016	UK - Câmara dos Comuns	Visita de estudo
26/05/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários
03/06/2016	NO - Parlamento norueguês	Estagiários do Ministério dos Negócios Estrangeiros
06-07/06/2016	FR - Senado e Assembleia Nacional	Comissão Mista de Assuntos da UE
13-15/06/2016	SK - Parlamento	Funcionários no âmbito dos preparativos da dimensão parlamentar da Presidência eslovaca do Conselho da UE
14/06/2016	IT - Câmara dos Deputados	Comissão das Atividades Económicas, do Comércio e do Turismo (videoconferência)
15/06/2016	NO - Parlamento norueguês	Confederação de Empresas Norueguesas
16/06/2016	EE - Parlamento	Funcionários
22/06/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros
24/06/2016	NL - Segunda Câmara	Funcionários
29/06/2016	DE - Parlamento Federal	Johannes Singhammer, Vice-Presidente
29/06/2016	DE - Parlamento Federal	Comissão do Turismo
13-14/07	UK - Câmara dos Comuns	Comissão do Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos Rurais
14/07/2016	IT - Câmara dos Deputados	Comissão das Finanças (videoconferência)
06/09/2016	DE - Parlamento Federal	Conselho Consultivo Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável
06-07/09/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros
07/09/2016	NO - Parlamento norueguês	Funcionários da missão da Noruega à UE
09/09/2016	NL - Segunda Câmara	Delegação do Centro Erasmus para a Gestão dos Cuidados de Saúde
16/09/2016	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão para a UE
26/09/2016	FR - Senado	Membros
27/09/2016	IT - Câmara dos Deputados	Comissão dos Resíduos
27-28/09/2016	FI - Parlamento	Funcionários do Serviço de Estudos do Parlamento
28/09/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros
12/10/2016	DK - Parlamento	Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus
17-18/10/2016	AT - Conselho Nacional	Funcionários
19-21/10/2016	PL - Câmara Baixa do Parlamento	Funcionários da Chancelaria
24/10/2016	NO - Parlamento norueguês	Delegação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
27/10/2016	NO - Parlamento norueguês	Funcionários do Ministério das Finanças
08/11/2016	FI - Parlamento	Grande Comissão
09/11/2016	PL - Câmara Baixa do Parlamento	Comissão de Assuntos da UE
09-10/11/2016	UK - Câmara dos Lordes	Funcionários
10/11/2016	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários
15/11/2016	IT - Câmara dos Deputados	Comissão da Cultura
21-22/11/2016	FR - Senado	Jean Bizet, Jean-Pierre Raffarin e senadores (grupo «O Brexit e a refundação da União Europeia»)
25/11/2016	NO - Parlamento norueguês	Estagiários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e funcionários do Ministério da Justiça
28/11/2016	NL - Segunda Câmara	Comissão dos Assuntos Europeus
29/11/2016	AT - Conselho Nacional	Visita de Karlheinz Kopf, Vice-Presidente do Parlamento
29/11/2016	IE - Câmaras do Parlamento	Comissão Mista de Assuntos da UE
30/11/2016	DK - Parlamento	Comissão de Assuntos da UE
30/11/2016	UK - Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns	Reunião tripartida dos eurodeputados, deputados e pares do Reino Unido

30/11/2016	HR - Parlamento	Domagoj Ivan Milošević, Presidente da Comissão dos Assuntos da UE
14/12/2016	NO - Parlamento norueguês	Delegação do EEE/EFTA
14/12/2016	FR - Assembleia Nacional	Reunião interparlamentar de trabalho: agricultura, biodiversidade e comércio internacional

**ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce
Pareceres fundamentados e contributos apresentados ao Parlamento Europeu em 2016¹⁷**

Documentos recebidos pelos parlamentos nacionais em 2016			
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados 2016	Contributos 2016
Áustria	Conselho Nacional	0	0
Áustria	Conselho Federal	5	5
Bélgica	Câmara dos Representantes	0	0
Bélgica	Senado	0	0
Bulgária	Parlamento	4	0
Croácia	Parlamento	1	0
Chipre	Parlamento	0	4
República Checa	Câmara dos Deputados	4	10
República Checa	Senado	3	35
Dinamarca	Parlamento	3	2
Estónia	Parlamento	1	0
Finlândia	Parlamento	0	0
França	Assembleia Nacional	0	3
França	Senado	8	3
Alemanha	Parlamento Federal	0	3
Alemanha	Conselho Federal	0	25
Grécia	Parlamento	0	0
Hungria	Parlamento	2	0
Irlanda	Câmaras do Parlamento	3	3
Itália	Câmara dos Deputados	0	16
Itália	Senado	3	65
Lituânia	Parlamento	1	0
Luxemburgo	Câmara dos Deputados	2	5
Letónia	Parlamento	1	0
Malta	Câmara dos Representantes	5	1
Países Baixos	Segunda Câmara	3	2
Países Baixos	Primeira Câmara	3	4
Polónia	Câmara Baixa do Parlamento	2	0
Polónia	Senado	3	10
Portugal	Assembleia da República	1	63
Roménia	Câmara dos Deputados	2	21
Roménia	Senado	1	39
Espanha	Cortes Gerais	0	15
Suécia	Parlamento	12	0
Eslovénia	Assembleia Nacional	0	0
Eslovénia	Conselho Nacional	0	0
Eslováquia	Parlamento	2	0
Reino Unido	Câmara dos Comuns	1	0
Reino Unido	Câmara dos Lordes	0	0
TOTAL		76	334

¹⁷ Este quadro indica apenas os documentos dos parlamentos nacionais que foram enviados em resposta a projetos de atos legislativos abrangidos pelo Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Não inclui documentos enviados em resposta a documentos de consulta não legislativos, livros verdes ou livros brancos (o denominado «diálogo político informal»).

ANEXO V – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2016 através de pedidos comparativos

- Delegação de poderes nas comissões parlamentares
- Contribuições dos parlamentos nacionais para a fase pré-legislativa do direito da UE
- Atividades parlamentares dos deputados nos sítios parlamentares oficiais
- Aprovação das alterações dos procedimentos eleitorais para as eleições do Parlamento Europeu – requisitos constitucionais
- Cursos de formação e introdutórios para novos membros, incluindo manuais informativos
- Apoio dos parlamentos nacionais aos seus trabalhadores que se deslocam diariamente entre o domicílio e o local de trabalho
- Acessibilidade dos edifícios parlamentares para pessoas com deficiência
- Veículos híbridos ou elétricos nos serviços de transporte do Parlamento
- Regras para a organização de eventos nos parlamentos
- Reações às comissões de inquérito do Parlamento Europeu nos Estados-Membros

B. Seminários e sessões estatutárias do CEIDP em 2016

Seminários		
Seminário «Os parlamentos e a nova governação económica e orçamental» (área de interesse: Assuntos Económicos e Orçamentais)	Bacu	19-20 de maio
Seminário «Um rejuvenescimento digital para os parlamentos» (Parli@ments on the Net XIV) (área de interesse: TIC nos parlamentos)	Berlim, Conselho Federal	9-10 de junho
Seminário «Conhecimento e serviços de documentação para um parlamento do presente e do futuro» (área de interesse: Bibliotecas, Serviços de Investigação e Arquivos)	Oslo	8-9 de setembro
Seminário «As TIC nos parlamentos» (área de interesse: TIC nos parlamentos)	Haia, Primeira Câmara	10-11 de novembro
Seminário «Exame da legislação “pré” e “pós”» (área de interesse: Práticas e Procedimentos Parlamentares)	Dublino	24-25 de novembro
Sessões estatutárias		
Reunião do Comité Executivo	Cracóvia	17-18 de março
Conferência Europeia dos Presidentes dos Parlamentos (e reunião dos Secretários-Gerais no CEIDP)	Estrasburgo	15-16 de setembro
Reunião do Comité Executivo	Atenas	22-23 de setembro
Conferência Anual dos Correspondentes	Paris	17-18 de novembro

PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Março 2017

 eleição direta

 eleição indireta / nomeação / outro

C. «Spotlight on Parliaments in Europe»

- Social benefits and rights of citizens and non-citizens [Benefícios sociais e direitos dos cidadãos e não cidadãos] (Spotlight n.º 9 - fevereiro de 2016)
- Civil nuclear power policy after Fukushima [Política civil em matéria de energia nuclear após Fukushima] (Spotlight n.º 10 - março de 2016)
- Youth mobility in the EU [Mobilidade jovem na UE] (Spotlight n.º 11 - junho de 2016)
- In vitro fertilisation (IVF) availability in national health services' provisions [Disponibilidade da fertilização *in vitro* nos serviços nacionais de saúde] (Spotlight n.º 12 - setembro de 2016)
- Quality of legislation stemming from the EU [Qualidade da legislação com origem na UE] (Spotlight n.º 13 - dezembro de 2016)

<p> Belgique/België/ Belgien BÉLGICA</p> <p>Kamer van volksvertegenwoordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordnetenversammlung 150 </p> <p>Senaat/ Sénat/ Senat 60 </p>	<p> България BULGÁRIA</p> <p>Народно събрание (Narodno sabranie) 240 </p>	<p> Česká republika REPÚBLICA CHECA</p> <p>Poslanecká sněmovna 200 </p> <p>Senát 81 </p>	<p> Danmark DINAMARCA</p> <p>Folketinget 179 </p>
<p> Deutschland ALEMANHA</p> <p>Deutscher Bundestag 630 </p> <p>Bundesrat 69 </p>	<p> Eesti ESTÓNIA</p> <p>Riigikogu 101 </p>	<p> Éire/Ireland IRLANDA</p> <p>Dáil Éireann 158 </p> <p>Seanad Éireann 60 </p>	<p> Ελλάδα GRÉCIA</p> <p>Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) 300 </p>
<p> España ESPANHA</p> <p>Congreso de los Diputados 350 </p> <p>Senado 208 </p> <p>58 </p>	<p> France FRANÇA</p> <p>Assemblée nationale 577 </p> <p>Sénat 348 </p>	<p> Hrvatska CROÁCIA</p> <p>Hrvatski sabor 151 </p>	<p> Italia ITÁLIA</p> <p>Camera dei Deputati 630 </p> <p>Senato della Repubblica 315 </p> <p>5 </p>
<p> Κύπρος CHIPRE</p> <p>Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) 56 </p>	<p> Latvija LETÓNIA</p> <p>Saeima 100 </p>	<p> Lietuva LITUÂNIA</p> <p>Seimas 141 </p>	<p> Luxembourg LUXEMBURGO</p> <p>Chambre des Députés 60 </p>
<p> Magyarország HUNGRIA</p> <p>Országgyűlés 199 </p>	<p> Malta MALTA</p> <p>Il-Kamra Tad-Deputati 71 </p>	<p> Nederland PAÍSES BAIXOS</p> <p>Tweede Kamer 150 </p> <p>Eerste Kamer 75 </p>	<p> Österreich ÁUSTRIA</p> <p>Nationalrat 183 </p> <p>Bundesrat 61 </p>
<p> Polska POLÓNIA</p> <p>Sejm 460 </p> <p>Senat 100 </p>	<p> Portugal PORTUGAL</p> <p>Assembleia da República 230 </p>	<p> România ROMÉNIA</p> <p>Camera Deputatilor 329 </p> <p>Senat 136 </p>	<p> Slovenija ESLOVÉNIA</p> <p>Državni zbor 90 </p> <p>Državni svet 40 </p>
<p> Slovensko ESLOVÁQUIA</p> <p>Národná Rada 150 </p>	<p> Suomi/ Finland FINLÂNDIA</p> <p>Eduskunta 200 </p>	<p> Sverige SUÉCIA</p> <p>Riksdagen 349 </p>	<p> United Kingdom REINO UNIDO</p> <p>House of Commons 650 </p> <p>House of Lords 825 </p>

Fonte: Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, em colaboração com os representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas



RELNATPARL@EP.EUROPA.EU

WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL